

Michelle da Silva Lima
Universidade Federal Fluminense

Cooperativismo: uma experiência feminina na arte de produzir conquistas

Resumo: Neste trabalho busco analisar formas de mobilização feminina a partir de uma cooperativa habitacional cujas famílias cooperadas podem ser classificadas como membros das classes trabalhadoras. Essa cooperativa contou com apoio financeiro e técnico de uma ONG que a organizou por meio do regime de mutirão familiar da mão de obra para a construção de casas próprias. O cooperativismo proposto como nova forma de organização política e econômica da sociedade investe no poder de articulação coletiva acumulada na história das classes trabalhadoras. Ao atualizar princípios socioculturais importantes, como o espírito de solidariedade e a articulação da rede de sociabilidade, as mulheres cooperadas passaram a participar de tarefas tradicionalmente masculinas e a exercer um poder de liderança sutil e criativa, conferindo um sentido específico de coletividade ao grupo de famílias.

Palavras-chave: cooperativismo; classes trabalhadoras; relações de gênero; liderança feminina.

Copyright © 2012 by Revista Estudos Feministas.

Introdução

Este trabalho deriva das pesquisas realizadas para a conclusão da dissertação de mestrado em Antropologia intitulada *Família, redes de sociabilidade e casa própria: um estudo etnográfico em uma cooperativa habitacional em São Gonçalo, RJ*.¹ Por meio dessas pesquisas analisei o processo de atualização de valores e concepções de trabalhadores urbanos diante de princípios do cooperativismo que são os compartilhados pela economia solidária. Contribuí para a reflexão sobre as formas pelas quais iniciativas político-sociais que objetivam a construção do “ser democrático” são reapropriadas por famílias de trabalhadores urbanos, enfocando como homens e mulheres, cada um com suas práticas e representações particulares, reinventam o engajamento coletivo para “melhorar de vida”, prática tradicional dos trabalhadores, em contextos mais amplos, que pode envolver instituições externas a eles.

¹ Michelle da Silva LIMA, 2006.

Tratei, também, da participação das mulheres nesse processo, que são maioria cooperadas. Busquei entender, sob a perspectiva das relações de gênero, como se dava a sua contribuição para a Cooperativa e como, na relação com seus pares, poderiam ser afetadas pela proposta de cooperativismo, que na Cooperativa Ipiiba, campo de pesquisa do qual falarei posteriormente, possui um viés religioso.

O presente trabalho, que utiliza nomes fictícios dos cooperados, trata particularmente desta última questão, através da análise da divisão sexual do trabalho de construção de casas na Cooperativa Ipiiba e também da análise do engajamento das mulheres cooperadas em atividades de geração de renda em prol da Cooperativa e em atividades religiosas. Estas últimas de certa maneira identificam o grupo de cooperados e se coadunam com os princípios do cooperativismo.

Para abordar essas questões, falo inicialmente da Cooperativa Ipiiba e da proposta do cooperativismo. Abordo a questão da divisão sexual do trabalho, a inclusão das mulheres em trabalhos tradicionalmente masculinos e o processo de negociação que isso implica. Em seguida trato da realidade das mulheres “comunitárias”, tendo em vista a importância do engajamento religioso na configuração do cooperativismo. E finalmente abordo o artesanato “comunitário” de mobilização majoritariamente feminina que inclui filhos de famílias cooperadas e gerou recursos para a Cooperativa, ainda que essa iniciativa seja de maior importância simbólica que material.

Assim, através deste artigo, pretendo contribuir para a maior visibilidade das mulheres trabalhadoras em contextos de cooperativismo, tendo em vista a sua crescente participação nesses espaços e a ausência de perspectivas teóricas que colaborem para a análise das relações de gênero envolvendo, de um lado, as ideias-valores das classes trabalhadoras, manifestas por meio de uma lógica hierárquica, e, de outro, as ideias-valores propostas pelo cooperativismo, representadas pela lógica igualitária, incluindo aí a igualdade de gênero.

Para dar conta de relações mantidas entre homens e mulheres e desses entre si no espaço dessa cooperativa habitacional, fundamentei-me na categoria gênero, tal qual salientada no trabalho anterior citado.² Ou seja, embora possamos partir da “categoria gênero como uma categoria universal do pensamento humano”, posto que se refere sempre “à diferença biológica de sexo”, ela é ainda assim uma categoria arbitrária (assim como a categoria gramatical de gênero) e, portanto, construída no “social, na diferença e na historicidade”.³ Ela deve ser, portanto, apreendida no

² LIMA, 2006.

³ Lia Zanotta MACHADO, 1992.

⁴ Maria Luiza HEILBORN, 1992.

sentido de um sistema de representação cultural que opera a manutenção e a reprodução distintiva dos domínios masculino e feminino. Essa "categorização de gênero", nos termos de Maria Luiza Heilborn,⁴ perpassa pelos elementos e pelas atividades do cotidiano, de modo que os atributos culturais e biológicos são referenciados qualitativamente pelas categorias sexuais e, assim, a eles são atribuídos valores positivos ou negativos correspondentes a cada sexo.

De acordo com Lia Machado, o conceito exclusivamente cultural de sistemas de gênero supera o de papel sexual, pois, além de possuir uma delimitação mais rígida contra o determinismo biológico, sua abordagem é relacional, superando "a ideia de esferas separadas para um e outro sexo". Não há, portanto, segundo essa concepção, uma diferença radical e universal entre os homens e as mulheres, mas sim "a instauração simbólica de uma multiplicidade de diferenças". Nesse sentido, pensar os sistemas de relação de gênero "é pensar simultaneamente a diferença entre mulheres e homens no plural e no singular, intra-mulheres e intra-homens, colocando portanto ambas, universalidade e a particularidade, em questão".⁵

⁵ MACHADO, 1992, p. 31.

Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba

Este trabalho baseia-se em pesquisa de campo etnográfica realizada na Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba durante os anos de 2002, 2003 e 2005. Em função da construção de casas próprias ou, como afirmam as famílias cooperadas, *do sonho do trabalhador brasileiro*, essas famílias se organizaram em regime de mutirão familiar da mão de obra através do sistema de ajuda mútua. Com a mediação da ONG Fundação Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião receberam assistência técnica e financeira para assim se organizarem.

Fundada no dia 9 de dezembro de 2001 e localizada no bairro de Ipiíba, no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, a Cooperativa nasceu do investimento coletivo do conjunto de 37 famílias⁶ de trabalhadores pobres – 14 homens e 23 mulheres representantes de núcleos familiares –, muitas oriundas de diferentes estados brasileiros que migraram para a região metropolitana do Grande Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades de trabalho. Através da mobilidade geográfica e da busca por mobilidade social, redefiniram relações com as redes sociais tradicionais e desenvolveram vínculos com as redes coletivas consolidadas no meio urbano.⁷

O município de São Gonçalo onde se localiza a Cooperativa é o terceiro mais populoso da capital do Rio de Janeiro, da qual se situa há 20 km de distância. A região do

⁶Foram construídas 39 casas, mas houve desistência de duas famílias. As duas casas que restaram são objeto de reconstrução para dar origem a um centro comunitário.

⁷ LIMA, 2006.

⁸ Lília Márcia de Almeida SILVA, 2001.

distrito de Ipiíba, onde se localiza o bairro de mesmo nome, configura-se como uma “periferia rural-urbana”.⁸ Tendo sofrido grandes influências da expansão metropolitana na primeira metade do século XX, expansão essa representada pela cidade do Rio de Janeiro e mediada pela cidade de Niterói, teve alterada sua configuração rural, entretanto, mais lentamente que outros distritos de ocupação mais antiga do município, por isso, embora seja uma região onde os usos urbanos estejam em crescimento, ainda podemos encontrar usos rurais em lotes desmembrados de antigas fazendas. A área ainda é desprovida de infraestrutura urbana, com ocupações irregulares, dificuldade de acessibilidade e de deslocamento para os moradores, além de pouca oferta de comércio e serviços.

A Cooperativa Ipiíba veio se constituir a partir do investimento de um grupo religioso católico liderado pelo padre da paróquia São Pedro de Alcântara, localizada no bairro Alcântara, no município de São Gonçalo. Ele fundou em 1998 uma associação com mesmo nome da paróquia para a compra de um terreno para a construção de casas próprias para famílias locais que moravam de aluguel e viviam em condições precárias. Sensibilizado com a carência habitacional da população de baixa renda no município de São Gonçalo, mais especificamente nos seus bairros periféricos, o padre cadastrou as famílias locais por meio de sua frequência em missas, loteou o terreno comprado através de um empréstimo bancário em 220 lotes e os repassou aos núcleos familiares a custos acessíveis. Posteriormente viabilizou a parceria com a Fundação Bento Rubião, a qual passou também a assessorá-los técnica e juridicamente na viabilização da Cooperativa, ao disponibilizar profissionais da área de engenharia, arquitetura, direito e serviço social às famílias.⁹

⁹ LIMA, 2006.

A Cooperativa Ipiíba e outras cooperativas semelhantes que foram apoiadas pela Fundação Bento Rubião fizeram parte do projeto Direito à Habitação, mantido pela ONG. A partir dos valores e dos princípios do cooperativismo, quer dizer, “ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade”,¹⁰ o projeto atendeu núcleos familiares cujos responsáveis deveriam possuir no mínimo 21 anos, estar em condições de gozo dos seus direitos civis, “estar plenamente consciente dos princípios cooperativos e do funcionamento de uma cooperativa”, participar de capacitações (treinamento teórico e prático orientado por técnicos da Fundação Bento Rubião), possuir renda familiar mensal entre 2 e 6 salários mínimos, contando ainda que não fossem proprietários nem possíveis compradores ou mutuários de nenhum imóvel no estado do Rio de Janeiro.¹¹

¹⁰ FUNDAÇÃO CENTRO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO, [s.d.].

¹¹ COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA IPIÍBA, 2001a.

¹² COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA IPIÍBA, 2001b.

O Regimento Interno de Mutirão da Cooperativa¹² prevê que o trabalho de mutirão seja realizado coletivamente pelos componentes dos núcleos familiares maiores de 16 anos para que assim a mão de obra seja qualificada, caso contrário, o menor é classificado como “aprendiz”. Sendo assim, cada núcleo familiar terá que cumprir a carga horária de 17 horas semanais no horário das 8 às 17 horas, com o intervalo de uma hora para o almoço, não podendo, entretanto, trabalhar menos que quatro horas por dia, o que contabiliza o valor equivalente a R\$ 1,90 a hora trabalhada por cooperado. Os cooperados que desejam trabalhar durante a semana devem notificar previamente e assumir os dias de trabalho desejados, assinando o Termo de Compromisso, cujo controle é realizado pelo pedreiro e pelo servente, ambos funcionários contratados que repassam as informações para a Comissão de Obras. Esses profissionais trabalham durante a semana a fim de abrir frentes de trabalho para as atividades do mutirão dos finais de semana e feriados, quando a Cooperativa recebe o maior contingente de famílias. O controle das horas trabalhadas durante esses dias é realizado através da assinatura do ponto, a qual é computada no banco de horas do núcleo familiar sob a responsabilidade da Comissão de Mobilização.

Durante o primeiro período de trabalho de campo, em 2002, foi realizada a observação participante no condomínio do padre, onde se localiza a Cooperativa, com a participação das reuniões da Comissão de Obras, das Assembleias Gerais e das reuniões de Diretoria. Foram também observadas as tarefas do mutirão familiar de construção das casas e analisados os cadastros dos núcleos familiares selecionados pela Fundação Bento Rubião que passaram a constituir o projeto de Ipiíba. Foram também realizadas entrevistas com o presidente e a vogal da Cooperativa na época.

Durante a segunda etapa do trabalho de campo, em 2005, alguns núcleos familiares desistentes haviam sido substituídos por outros e 37 famílias eram atuais moradoras no condomínio. Nesse período foram realizadas entrevistas com 31 representantes de núcleos familiares moradores.¹³ Através da entrevista, foram atualizadas algumas informações cadastrais sobre dados socioeconômicos, incluindo perguntas abertas sobre a participação das famílias em atividades comunitárias e religiosas, suas justificativas para a adesão e a importância do projeto, suas expectativas futuras quanto às condições de moradia e de convivência no condomínio. Foi também realizada observação participante das atividades e dos encontros coletivos nesse período e realizadas entrevistas sobre a coordenação de atividades de geração de renda envolvendo crianças e adolescentes da Cooperativa.

¹³ Do total de famílias moradoras, não foi possível a realização de entrevista com quatro cooperados, pois não haviam se mudado ainda para o condomínio, e com outros dois, por motivo de trabalho e de doença, respectivamente.

A proposta do cooperativismo

É importante salientar que, pela mediação de uma organização não governamental que financiou a construção das casas do projeto e deu assessoria técnica à formação e ao desenvolvimento da Cooperativa, esse conjunto de mulheres e homens das classes trabalhadoras dialogou com valores, princípios e expectativas de outros segmentos e classes sociais. Através da proposta do cooperativismo e se apropriando dela de diferentes maneiras, tiveram a oportunidade de atualizar e reinterpretar valores, saberes, técnicas, virtudes e qualidades, próprios do “ser trabalhador”, como salienta Simoni Guedes.¹⁴

¹⁴ Simoni Lahud GUEDES, 1997.

Essa instituição externa aos cooperados intervém sob uma perspectiva mais ampla de transformação de suas condições sociais e de existência. A casa, como produto da organização coletiva, seria apenas o primeiro passo para a transformação política e preparação para a prática da cidadania na sociedade em que vivem. Dessa forma, os valores dos cooperados no que se refere à centralidade do trabalho e a sua organização familiar, incluindo mulheres e homens, passam necessariamente pela negociação com essa proposta de cooperativismo.

Trata-se de um movimento envolvendo não só órgãos públicos, mas agências não governamentais que busca preparar agentes sociais participativos e conscientes de seus direitos e deveres como cidadãos. Uma das dimensões fundamentais da proposta em questão é a capacitação de trabalhadores pobres para se organizarem coletivamente na construção de melhores condições de vida, dimensão política que se apoia inicialmente na concretização de um dos direitos fundamentais do homem que é também um dos valores essenciais para as classes trabalhadoras, ou seja, o direito à moradia.

Propõe-se um modelo de cooperativismo que, por meio de valores morais e éticos solidários, atenda “às necessidades e interesses específicos dos trabalhadores”, segundo perspectiva salientada por Sandra Veiga e Isaque Fonseca.¹⁵ O modelo pressupõe o compartilhamento de valores próprios às classes trabalhadoras, reconhecendo sua força de coesão e cooperação porque eles são baseados em “princípios fundamentais do cooperativismo”, como a solidariedade, o reconhecimento mútuo e a reciprocidade.

¹⁵ Sandra Mayrink VEIGA e Isaque FONSECA, 1999, p. 16.

Na sua ligação com a economia solidária, o modelo propõe, então, uma associação com o patrimônio cultural das classes trabalhadoras acumulado na sua convivência intensa e longa com sua rede social mais ampla. Como destacam os referidos autores,¹⁶ “a Economia Solidária utiliza o poder de articulação coletiva dos indivíduos a partir de

¹⁶ VEIGA e FONSECA, 1999, p. 16.

suas trajetórias mais ou menos compartilhadas; parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras [...]”. O cooperativismo visa, portanto, atualizar princípios socioculturais importantes na vida dos trabalhadores, mas com um sentido de reformismo individual e social, ou seja, de capacitação sociopolítica de seus adeptos para a transformação da sociedade em que vivem, transformando-se a si mesmos nesse processo.

¹⁷ Flávio GOUVEIA citado por VEIGA e FONSECA, 1999.

Como afirma Flávio Gouveia¹⁷ sobre o cooperativismo, “seu objetivo não é o conjunto das pessoas, mas o indivíduo através do conjunto das pessoas”. Dessa forma, as ações cooperativas consolidariam um sistema de cooperação cujo produto esperado seria “o desenvolvimento integral do indivíduo através do coletivo”. Define-se o cooperativismo como “sistema” e as cooperativas como “unidade econômica e espaço de convívio e transformação dos seus integrantes”. A seguinte delimitação do cooperativismo encerra essa perspectiva:¹⁸

¹⁸ GOUVEIA citado por VEIGA e FONSECA, 1999, p. 15-16.

[...] é, antes de tudo, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, que procura construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição; nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro e na exploração do trabalho de outras mulheres e homens. Para tanto, o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões: social, econômica e cultural, preocupa-se com a qualidade de seus produtos e serviços, busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

Podemos entender, então, que a Cooperativa Ipiiba representa a realização do ideal da casa própria, mas de maneira bastante particular. Organizada sob a forma de mútuo familiar, da qual participam de forma igualitária – ao menos idealmente – homens e mulheres, ela simboliza de forma única valores vitais para as classes trabalhadoras, tais como reciprocidade e solidariedade, mas que, entretanto, não deixa de conviver e negociar com valores alternativos, como a igualdade mais ampla e a equidade como valores do cooperativismo.

Trata-se de famílias pobres que podem assumir características distintas entre si, mas se identificam pelo compartilhar de esforços para a melhoria das condições de vida que inicialmente assume a dimensão objetiva de construção da casa própria. A observação das relações de convivência entre essas famílias em função da construção das casas, entre mulheres e homens e desses entre si, revela

avaliações morais acerca deles mesmos e acerca dos outros. Deve-se ter em vista que essas relações são entrecortadas pela lógica do cooperativismo, que, se teoricamente os iguala, também faz com que sejam permeadas por construções sociais da diferença, como são as produzidas pelas relações de gênero que serão abordadas neste trabalho.

A divisão sexual do trabalho

¹⁹ Eunice Ribeiro DURHAM, 1983, p. 16-17.

Sobre a divisão sexual do trabalho, considero a variabilidade de formas concretas que ela pode assumir na sociedade, mas ao mesmo tempo reconheço, no sentido esclarecido por Eunice Durham,¹⁹ que essa variabilidade “se constrói em torno de uma tendência praticamente universal de separação da vida social entre uma esfera pública, eminentemente masculina, associada à política e à guerra, e uma esfera doméstica privada, feminina, presa à reprodução e ao cuidado com as crianças”. Há de se esclarecer, entretanto, o limite dessa universalidade, ou seja, da prevalência “de diferentes graus e formas de dominância masculina” em todas as sociedades humanas, porque isso não significa, como ressalta a autora, que as mulheres não participem do mundo público e sejam em todas as culturas “igualmente oprimidas ou dominadas pelos homens”, nem mesmo que esses não vivenciem e compartilhem da vida doméstica.

Na Cooperativa a divisão sexual do trabalho operou fundamentalmente segundo a classificação dos cooperados quanto à competência para a construção das casas, mas também por meio de ideologias sobre habilidades naturais para um e outro sexo, as quais, entretanto, eram confrontadas em situações específicas. As mulheres não eram excluídas da participação nas tarefas diretas de construção, mas, por outro lado, eram onipresentes nas tarefas tradicionalmente entendidas como domésticas, como as relacionadas com a reprodução do grupo.

Assim, ocupavam espaços exclusivos no preparo do alimento coletivo e na limpeza geral entorno da cozinha comunitária, na contabilidade do estoque, da cantina e do pagamento das refeições e na tarefa do registro e da contabilidade das horas trabalhadas em um banco de horas. As tarefas de mutirão eram rotativas, mas essas em especial entendiam que eram rotativas apenas entre si porque controladas pela Comissão de Mobilização, composta somente de mulheres. A Comissão de Mobilização tinha ainda a atribuição de identificar e resolver problemas pessoais entre os cooperados, fazendo-se valer de suas abordagens perspicazes no aspecto da resolução de conflitos. Algumas delas assumiam sem problemas ou

contestação pelos colegas cooperados posições de liderança nesse contexto.

O “saber prático” acumulado entre os cooperados, em interlocução com os valores do cooperativismo, era o princípio da divisão do trabalho na Cooperativa. Esse é um saber reconhecido como específico aos integrantes das classes trabalhadoras de maneira geral, pensado pelos cooperados como saber fundamental que organiza suas experiências de vida, particularmente as que se referem ao âmbito do trabalho remunerado. Ele diz respeito a “táticas, astúcias, espertezas, relações e técnicas” que se opõem ideologicamente ao que consideram “saber teórico” e é ativamente articulado e produzido no decorrer das próprias relações cotidianas, desdobrando-se por isso mesmo em apreensões e apropriações bastante sutis.²⁰

²⁰ GUEDES, 1997.

No contexto do trabalho de construção das casas, esse saber era constantemente acionado pelos homens para legitimar posições diferenciadas entre os outros trabalhadores dispostos em equipes de trabalho. Com relação às mulheres, a concepção historicamente situada de que elas não teriam “qualificação natural”²¹ para exercer esse tipo de atividade *masculina* pôde ser, senão inteiramente superada, ao menos negociada através da atualização desse saber também no âmbito da atuação feminina.

²¹ Danièle KERGOAT, 1986, p. 87.

Assim, o saber prático, através da demonstração da *experiência* que qualifica para o *saber fazer*, passou também a determinar a posição ocupada por elas nessa nova esfera de trabalho. Como as mulheres possuíam menos *experiência* e, portanto, menos saber acumulado que os homens na área de construção civil, os serviços encaminhados a elas durante a fase de acabamento das primeiras 19 casas eram normalmente serviços de pintura, arremate e lixamento das casas. Sob a perspectiva dos homens, são serviços *que todo mundo pode fazer*, exigindo, portanto, pouca qualificação profissional. Eram realizados sob a configuração da *ajuda* e sob a direção deles, salvo exceção de uma das cooperadas que foi chefe de equipe de pintura. Mas, por outro lado, sob a perspectiva das mulheres, são serviços que demandam habilidades outras, como a delicadeza, a paciência, a concentração, a percepção de estética e de forma, também baseadas, agora em termos positivos, na ideologia da “qualificação natural”.

Dessa maneira, o saber prático, como importante valor de organização das relações de trabalho na Cooperativa, foi também atualizado na perspectiva da participação das mulheres que iniciaram o percurso da aquisição de *experiência* e da consolidação desse saber, ainda que sua participação tenha sido motivada exclusivamente pelo desejo e pela necessidade da

aquisição da casa própria. Elas iniciaram o percurso do reconhecimento público no âmbito do trabalho de construção civil submetendo-se a uma hierarquia de saber prático que é legitimado e se pretende acumular, encontrando-se em situação de desvantagem diante da experiência dos homens. Passaram a se engajar como trabalhadoras que de forma relativa *põem a mão na massa*, tratando de garantir a especificidade do trabalho *leve* e do *pesado*, no sentido do *trabalho de mulher* e do *trabalho de homem*, respectivamente, dentro de um trabalho tradicionalmente masculino.

Isso não significa, entretanto, que elas não tenham contribuído e se destacado por meio do *trabalho pesado* durante a primeira etapa de construção das casas, mas apenas que ressignificaram o *trabalho leve* em termos de competências especificamente femininas. Assim, a divisão do trabalho na fase de construção das demais casas, fase da alvenaria, também incluiu as mulheres pelo mesmo critério de classificação quanto à qualificação, através da qual se inseriram sob a lógica do trabalho complementar ao principal controlado por um homem. Decide-se, então, que, *na obra de alvenaria, o negócio é as mulheres carregarem tijolo!* Entretanto, algumas delas se destacaram também na construção das lajes e na instalação das ferragens, sob elogios do cooperado chefe de equipe, que afirmou que as mulheres fizeram todo o trabalho de preparação das ferragens e algumas foram muito habilidosas, em detrimento dos homens, que não colaboraram nesse serviço.

A categoria *ajuda*, que autorizou a inclusão das mulheres no trabalho de construção das casas, passou a ser reavaliada quando as mulheres passaram a *aprender o serviço*, processo também mediado pela perspectiva da igualdade sexual proposta pelo cooperativismo, o qual se deve realizar por meio da complementaridade coletiva entre os indivíduos. Tendo em vista esse contexto, os cooperados passaram a questionar as atividades que circundam a cozinha comunitária, as quais eram desenvolvidas exclusivamente pelas mulheres, e as incitaram a participar de outras tarefas por meio da explicitação de juízos de valor. Essa é uma iniciativa que, segundo fui informada, é resultado de um processo de aprendizagem do *compartilhar com as mulheres o serviço*, já que, no início, *os homens colocavam as mulheres só para empurrar carrinho*.

As mulheres tão me fazendo vergonha, não são mais as mulheres do começo! Não sei o que está acontecendo com as mulheres que vai sábado, não vai domingo! (Moisés, pedreiro). [Já que no começo, como afirma a Dona Amélia:] Nós é que cavamos o

buraco, fizemos o roçado, nós trabalhamos mais que os homens!

A Ivete, a Rosa, ela subia pra fazer laje com a gente!
(Genilson, aposentado)

Agora eu faço igual em Maceió, atrás de um grande homem tem sempre uma grande mulher! Mas o ditado não é esse não heim! É do lado de um grande homem tem sempre uma grande mulher! (Seu Paulo, aposentado)

Dessa maneira, a divisão sexual do trabalho na Cooperativa põe em evidência o princípio comum ao grupo, segundo o qual o ser capaz de *fazer* é fundamental e está condicionado ao *interesse em aprender*. Assim, as mulheres que se iniciaram no processo de *ajuda* ao homem no trabalho de construção das casas souberam demonstrar esse interesse por meio de um aprender particular. Como assinala Guedes,²² esse aprender obedece a uma lógica específica que se inicia pelo “vendo outros fazendo” para então “mexer” e finalmente “saber fazer”. Em defesa de uma das cooperadas, o ex-presidente assinala: “*Ninguém nasce sabendo! Quando eu quero aprender a dirigir eu sento do lado do motorista!*”. Dessa forma, o ponto de encontro entre o homem e a mulher na Cooperativa é a capacidade de aprender, que, segundo a interpretação do ex-presidente, produz a competência de poder fazer, como a demonstrada igualmente por homens e mulheres:

²² GUEDES, 1997.

Nós temos que nos interessar em trabalhar, aprender! Quando nós começamos aqui, nós tínhamos cooperado que não sabia nem pegar na colher! Hoje nós temos mulher que assenta tijolo, temos homens que não emboçavam, emboçam, né! Tem a Regina que não assentava tijolo, já está assentando tijolo!
(Moisés, pedreiro)

Entretanto, a avaliação do saber prático acumulado entre homens e mulheres realiza-se não apenas por meio de ponderações morais que envolvem referências ao *interesse* e também à *responsabilidade*, ao *respeito* ou à *humildade*, valores de referência para avaliação das relações pessoais cotidianas, mas também por uma série de pressuposições sobre as habilidades e as limitações como próprias do sexo feminino, manifestas nos discursos dos cooperados. Comentários do tipo “*você só é boa pra fazer café*” e “*são muito fracas*” ou que contestam a legitimidade da autoridade feminina como a expressa por um cooperado durante uma assembleia – “*Uma mulher me bota pra sentar! Legal, não quero mais sentar!*” – põem em questão a igualdade de condições entre homens e mulheres, discurso que se deve manter, mas que também não deixa de produzir resultados

positivos no processo de engajamento das mulheres nesse contexto, como vimos anteriormente.

Assim, a igualdade de capacidades entre os sexos na Cooperativa depende não somente da aquisição e da demonstração de “saber prático” pelas mulheres, mas da superação de um conjunto de considerações de ordem moral acerca do comportamento e da “natureza” feminina. A concepção de natureza humana, distinta em termos de natureza feminina e masculina, abrange também a esfera do trabalho, que deixa de ser avaliado como socialmente construído, como produto da cultura, mas como produto da natureza. Existiria, segundo esse ponto de vista, uma qualificação natural para o trabalho feminino e masculino, classificação que está baseada, segundo Danièle Kergoat,²³ em um “sistema de valores” que

²³ KERGOAT, 1986, p. 88.

remete, pois, ao universo sequencial, binário, profundamente marcado por uma ideologia naturalista (ideologia do dom, crença em uma ordem natural das coisas) que abre perspectiva a todas as resignações sociais (fatalismo operário) e à reprodução de todas as opressões (sexismo, racismo, adesão à pena de morte, etc.).

Assim, apesar da crescente visibilidade feminina no âmbito da mobilização e da formação de cooperados, suas opiniões e sugestões acerca do trabalho de construção das casas quando são publicizadas recebem abordagens mais sutis e estratégicas, enquanto as respostas por parte dos homens são mais incisivas e diretas. Segundo Maria Lúcia Rocha-Coutinho,²⁴ as mulheres estariam mais familiarizadas com “uma forma de pressão psicológica diplomática” em contraposição ao uso mais direto de controle e poder. Segundo a referida autora, elas usariam de uma abordagem perspicaz a fim de influenciar os comportamentos masculinos familiares. A autora chama a atenção para o caráter necessariamente oculto desse poder como estratégia de manutenção do *status* da própria família. Isso porque, além do próprio homem, a sociedade deve ter a garantia, se não verdadeira, ao menos subentendida do domínio masculino sobre a família para ser capaz de concebê-la positivamente.

²⁴ Maria Lúcia ROCHA-COUTINHO, 1994.

Um exemplo de que nem sempre as interferências diretas de uma mulher sobre decisões controladas pelos homens são bem aceitas é a declaração da cooperada Dona Filomena, que me alerta sobre a *falta de inteligência* das pessoas que planejaram a posição da pia, do fogão e do banheiro nas casas, porque, segundo ela, “*até quem não tem inteligência [compreendido como “saber teórico”] sabe!*” – que o fogão não pode ficar próximo à porta e que é imprópria a posição do banheiro de frente para a sala. “*Ainda*

mais quem tem inteligência!". No entanto, diante da resposta ao seu questionamento – “*Dona Filomena, fique quietinha! Não fale mais nada!*” –, ela planeja mudar por conta própria a posição prevista do fogão e também do banheiro depois das construções das casas. Terminando a conversa com uma confiança, ela parece entender o sentido do recado que limita o seu poder de persuasão sobre esse domínio: “*Eu vou guardar a minha inteligência pra mim!*”. Essa, no entanto, é a *inteligência* oriunda de um saber que lhe capacita identificar o procedimento correto, ou seja, resultante de seu “saber prático” em detrimento de outro saber a que se refere pela negação quando diz que *não possui leitura*.

Portanto, as mulheres cooperadas, assim como os homens, se orientam pela perspectiva do *saber fazer* e mesmo entre elas há distinções como, por exemplo, a identificação daquela que é *cozinheira de mão cheia* ou daquela que possui o reconhecimento de já ter trabalhado em restaurante. Mas há uma especificidade na forma de aquisição da experiência e do “saber prático” pelas mulheres. Elas transferem saberes já consolidados na esfera de atuação privada para a esfera pública e assim criam as condições subjetivas favoráveis e necessárias ao desenvolvimento do empreendimento coletivo.

Mas nesse processo de reprodução e arranjo social do grupo, no contexto do *trabalho leve*, ou de *pôr a mão na massa*, no contexto do *trabalho pesado*, as mulheres não estão isentas de avaliações morais que circulam entre os homens nos circuitos do merecimento e do reconhecimento social típicos do universo público. Nesse sentido, há também uma transferência de saberes por parte deles no que diz respeito à apreciação da atuação feminina, mas que também negocia com os pressupostos igualitários do cooperativismo familiar no sentido de se respeitarem as especificidades individuais e de gênero.

Aqui, então, no propósito de realização desse projeto familiar, se misturam espaço privado e espaço público, este último como tradicionalmente espaço de homem, mas também e de forma bem particular espaço de mulher. Como veremos na Cooperativa, esse espaço é também conquistado por meio da atuação das “mulheres comunitárias”, que realizam a dimensão objetiva e subjetiva do trabalho coletivo através da articulação de relações de entreajuda, as quais são objeto de familiaridade e experiência feminina.

Mulheres “comunitárias”

²⁵ Patrícia Fernanda Gouveia SILVA, 2003.

Patrícia Silva,²⁵ em sua tese *Mulheres-comunitárias, personae-viajantes*, desenvolve a noção de uma “pessoa

feminina popular” que é construída por mulheres identificadas pela autora como “mulheres comunitárias”, que, ao se engajarem em trabalhos e movimentos coletivos, “comunitários”, viajam para diferentes lugares. “No encontro com pessoas e contextos distintos e novos” essas mulheres acabam por traduzir um sentido de positividade e legitimidade a sua posição social, garantindo dessa forma uma reconstrução da autoimagem e da do seu grupo social de origem.

Tomo aqui emprestada a ideia-valor “comunitária” trabalhada por ela na defesa de dimensões subjetivas ligadas à valorização da pessoa feminina que seriam produzidas em referência ao “ethos solidário” do trabalho social, cujo engajamento implicaria, portanto, algo mais do que “uma esfera objetiva de negociação por melhorias das condições de vida”. Nessas dimensões subjetivas estariam envolvidos “sentidos e sentimentos como generosidade, legitimidade, orgulho, vaidade, sucesso, ascensão e reconhecimento, dentre outros”.²⁶

²⁶ SILVA, 2003, p. 181.

É, portanto, no espaço público que a mulher comunitária pode realizar o trabalho voltado para o outro, mas que contempla também a si mesma e onde ela frequentemente atualiza o papel de articuladora da rede de parentesco e sociabilidade da família que desempenha na vida privada.²⁷ É assim que se instaura a importância da rede de parentesco e afinidade, amplamente referenciada pelo valor da reciprocidade, como forma de realizar ideais, mas também de resolver conflitos e problemas.

²⁷ DURHAM, 1983; Claudia FONSECA, 2004; e Klass WOORTMAN, 1987.

São essas as expectativas que a mulher sabiamente articula sob o seu potencial criativo e estratégico de produzir vínculos e formas de superação das dificuldades socioeconômicas próprias a esses grupos populares. Utilizando-se de “poderes sutis” e “estratégias de controle” como o reconhecimento, principalmente em ocasiões públicas, da legitimidade da autoridade masculina em detrimento da feminina e abordagens mais sutis de liderança, as mulheres conquistam resultados no engajamento coletivo e espaços de visibilidade, valorização e reconhecimento.²⁸

²⁸ ROCHA-COUTINHO, 1994.

Na Cooperativa as mulheres não são apenas representantes da maioria dos núcleos familiares. Muitas já deram testemunho de seu poder de liderança silenciosa e carismática e “estratégias de controle sutil”.²⁹ Seja através do papel de dona de casa, por meio do qual elas são responsáveis pela reprodução do grupo, seja sob a categoria da *ajuda*, por meio da qual, diante da prioridade de se *terminarem as casas*, elas trabalham na construção civil e assim assumem o projeto coletivo de “melhorar de vida”. Ou seja ainda como “comunitárias”, cujo sentido de engajamento coletivo opera, por sua vez, com um sentido de valorização

²⁹ ROCHA-COUTINHO, 1994.

da pessoa, de reconhecimento profissional, de orgulho, de prestígio, de luta por um ideal e de ascensão social.

Não há como se negligenciar o importante cenário da instituição da Igreja Católica para o entendimento dessas relações de trabalho e cooperação no contexto da Cooperativa, envolvendo especificamente as mulheres, mais precisamente da Igreja Católica São Pedro de Alcântara. Essa é a instituição que representa a própria cooperativa, uma vez que se reverencia a figura do padre dessa igreja como um *pai*. *Padre João é um pai* porque foi ele que abraçou a causa da Cooperativa e conseguiu, em nome dos associados, o vínculo com a ONG que a tornou possível, quer dizer, o compromisso com a Fundação Bento Rubião.

Na constituição e na articulação dessa rede de sociabilidade e entrecujada, não se pode esquecer, portanto, a figura central desse padre e de toda a rede institucional da caridade na forma de igrejas, movimentos, encontros, pastorais etc., da qual as mulheres cooperadas participam. Nesse contexto o cenário da Igreja Católica São Pedro de Alcântara mostra-se como fundamental. Primeiro porque a maioria dos cooperados que acompanhou todo o processo de constituição da Cooperativa, direta ou indiretamente, por meio de amigos ou parentes religiosos, foi por ela convocada. Segundo porque o padre dessa igreja acompanha o processo de crescimento da Cooperativa – fomentou, por exemplo, a construção de uma capela dentro do condomínio –, realiza visitas eventuais aos cooperados e se faz presente nos eventos desenvolvidos pela Fundação Bento Rubião e outros eventos religiosos, sendo por vezes homenageado.

Cito aqui a Igreja Católica não apenas por isso, mas porque ela parece representar para as mulheres uma das fontes da concentração das “estratégias de controle” no sentido analisado por Rocha-Coutinho,³⁰ ainda que considerando formas de realização não conscientes. São mulheres solteiras com filhos, mas também casadas/amigadas que encaminham os seus maridos ou companheiros ao espírito cristão que se confunde com o *espírito de solidariedade* recorrentemente alegado sob o ponto de vista do cooperativismo. Assim, a solidariedade cristã é algo indissociável do projeto da Cooperativa e de forma particular imiscui-se na solidariedade fundada na rede de reciprocidade articulada principalmente pelas mulheres.

Trata-se de um grupo bastante religioso em seus hábitos. Os encontros e as reuniões formalizados pela Cooperativa e os eventos comemorativos são sempre precedidos por orações tradicionais do Pai-Nosso e/ou da Ave-Maria ou por orações personalizadas, canções e hinos cristãos, sempre por iniciativa de uma mulher cooperada. Além disso, 64% dos cooperados entrevistados declararam

³⁰ ROCHA-COUTINHO, 1994.

³¹ Há apenas três núcleos familiares evangélicos na Cooperativa que não frequentam, portanto, a Igreja Católica, como a maioria. Mesmo assim há o caso de uma senhora que frequenta a Igreja São Pedro de Alcântara *por amor e por amizade ao Padre João*.

frequentar, junto com a família, diversas igrejas católicas³¹ em bairros adjacentes, além da Igreja São Pedro de Alcântara. Principalmente as mulheres declararam também participar ou terem participado de outras instituições e serviços religiosos como o Movimento de Evangelização, a Obra do Berço (que ajuda mães carentes), a construção da capela de Ipiíba, Jovens em Cristo, a Associação Mensageiros da Paz, a Legião de Maria, o Apostolado Sagrado Coração, o Divino Espírito Santo e o Encontro de Casais. Sessenta e cinco por cento dessas cooperadas revelaram a familiarização com esses grupos e 43% dos cooperados afirmaram que participam, sempre participaram ou participaram alguma vez dessas organizações, a maior parte junto com suas esposas.

Todos explicaram a importância de sua participação pelo significado de *fortalecimento espiritual* das famílias, como bem sintetizou uma jovem cooperada e mãe solteira sobre a instituição religiosa que representa. Em suas justificativas, os cooperados também manifestaram a expectativa de que a mútua colaboração através da instituição religiosa, que valoriza uma ética solidária, trará benefícios para toda a comunidade, complementando e intensificando a prática da *ajuda* já consolidada pela rede de parentesco e vizinhança. Participa-se assim, segundo uma senhora muito religiosa, porque através da religião *tem oportunidade de receber e dar conforto, de ter mais diálogo*. Porque *com a fé, com o religioso, se superam dificuldades com muito mais facilidade*.

Na trajetória de alianças cristaliza-se uma retórica peculiar àqueles que devem através dela demonstrar a legitimidade da necessidade publicizada e uma conduta moral condizente com tal posição assumida que se refere à demonstração pública de *humildade*, de *solidariedade* e de conquista da autonomia na superação da pobreza. Essa é uma postura valorizada por diferentes instituições filantrópicas, no caso dessa cooperativa em particular, compartilhada pela Fundação Bento Rubião e pela Igreja Católica. Como assinala Delma Pessanha Neves,³² “erige sob importante visibilidade campos institucionais da caridade, isto é, espaços de convergência de concepções e referências configuradoras de um ethos definidor do comportamento dos pobres”.

Registro, então, entre as conversas confidenciais, a situação vivenciada com orgulho pela cooperada Alice (dona de casa) pelo fato de ela fazer parte de uma instituição vinculada à Igreja Católica chamada Divino Espírito Santo. O orgulho está propriamente na condição de realização da caridade, através da qual se mostra capaz de *pedir tudo*, roupas, comidas etc., desde que seja sempre *para os outros* e nunca para ela. Insistiu em dizer que não é capaz de pedir

³² Delma Pessanha NEVES, 2001, p. 21.

³³ Cynthia SARTI, 1989.

para si mesma, mesmo se encontrando, na ocasião, em situação de dificuldades financeiras, que exemplificou com o corte da energia elétrica de sua casa. Outra fonte de orgulho está no fato de cuidar de tudo sozinha, já que *guarda tudo para ela e não é de ficar falando*, mesmo com a pressão de parentes. Com isso garante a tranquilidade do marido, *que é muito nervoso e pode vir a ficar doente*, caso se aborreça com uma preocupação desnecessária. Nesse contexto a cooperada parece demonstrar, além do cuidado em assegurar o seu lugar na família como a gerenciadora exclusiva dos “recursos materiais disponíveis”,³³ também uma preocupação com uma imagem de desprendimento e solidariedade que incorpora a noção de um reconhecimento positivo pelo engajamento social em favor do próximo.

Essa mesma imagem é articulada pela cooperada Ivetê, que é da Comissão de Formação e por isso viaja muito, quando fala com orgulho e ao mesmo tempo com pesar de seu esforço em manter, junto com a cooperada Rosa, a produtividade da horta comunitária em benefício da Cooperativa, já que ela e o marido estavam desempregados. A horta é resultado de um projeto elaborado como conclusão do curso de agente comunitária e da qual a cooperada se orgulha muito. Além de servir como suprimento de alimento para os cooperados, a horta gerou alguma renda para a Cooperativa através da comercialização de seus produtos. A cooperada interpretou a realização do curso de agente comunitária, assim como a sua participação em inúmeras atividades e eventos – como o Seminário Internacional de Economia Sócio-Solidária e o Fórum Social Mundial – como uma ponte para as conquistas “comunitárias” que não prescindem, no entanto, de sua dedicação e, sobretudo, de seu sacrifício pessoal e desprendimento em prol da Cooperativa.

Essa me parece uma imagem intensamente articulada pelas mulheres da Cooperativa como “moeda de valor”, como valorização de si mesmas perante o outro, já que o doar-se, a manifestação de altruísmo e a generosidade são qualidades apreciadas, esperadas e até exigidas socialmente das mulheres. Esse é o caso, não exclusivamente, mas principalmente, das mulheres religiosas, como as cooperadas Ivetê, Alice, Regina e Dona Amélia. Deus, nesse caso, é a entidade-fonte recuperadora da *força* e da *coragem* necessárias à continuação da *luta do dia a dia*.

Nessa configuração específica de sociabilidade na Cooperativa, o engajamento religioso se constituiria em uma das fontes coletivas da liderança silenciosa de articulação dessa rede de sociabilidade pelas mulheres. Seria uma forma de conquista do espaço da casa própria que, por sua vez, possui seu valor pelo lugar próprio de consolidação da

família, mas é também produto de um ideal construído coletivamente sobre o qual se evoca a primazia de dedicação e empenho. Assim, a solidariedade que marca tipicamente a relação entre as mulheres cooperadas e pode assim refletir a eficácia das organizações e dos engajamentos femininos não exclui as relações de competição e conflito que são comuns ao contexto de articulação desses valores a serem explicitados e negociados no convívio social intenso.

Acusações entre elas de que se é *metida* ou se *tem inveja*, de que *não querem trabalhar na horta* ou de que *está ficando rica*, entre outras, são frequentes. São também relevantes as disputas que envolvem uma imagem de merecimento da atenção do Padre João, manifestando uma competição pela legitimidade do *status* de mulher religiosa, responsável e caridosa. Há, ainda, entre algumas mulheres, veementes relatos públicos de testemunho de superação e ao mesmo tempo de constatação das dificuldades econômicas, de agradecimento e fé religiosa diante de um passado constantemente reavaliado. Tudo isso evidencia a complexidade que envolve o processo de organização e arranjo das relações pelas mulheres e o valor que conferem à identidade de “mulher comunitária”.

³⁴ Norma Valle FERRER, 2004.

Desse ponto de vista, assim como as santeiras de Porto Rico, descritas por Norma Ferrer³⁴ em sua “relación de solidaridad”, em sua relação “de unión”, se diferenciam de seus colegas homens por manifestarem “más interés e devoción” durante a aprendizagem do trabalho de produção dos santos, pois “tienen más sensibilidad, se entusiasman más, sacan el tiempo de donde no lo tienen para terminar sus trabajos”, entendo que as mulheres da Cooperativa Ipiiba se diferenciam de seus colegas cooperados por esse sentido de positividade que conferem às atividades coletivas, complementares e de interdependência.

Não que os homens não o façam, na Cooperativa eles se organizaram coletivamente em função da construção das casas, mas apenas compreendo que as mulheres foram socializadas desde muito cedo com o mundo das questões sensíveis no lidar com relacionamentos interpessoais e propor soluções para os problemas afetivos, sociais e econômicos que atravessam a família e outras redes de sociabilidade, muitas vezes alternativas e contando com o apoio de outras mulheres. E, além disso, elas tratam de pôr em evidência essa função de viabilizadora de determinado grupo social porque assim são valorizadas por todo o grupo.

O artesanato “comunitário”

A criatividade feminina na busca da consolidação de uma identidade positiva, representada pela categoria

de cooperada, ganhou também materialidade através de doces, produtos de limpeza e alimentos a serem vendidos em prol da Cooperativa. É por meio da compreensão desse ambiente de entreatajuda, amplamente valorizado pelas mulheres, embora não sem antagonismos, que podemos entender esse tipo de produção na Cooperativa, cuja ideia é confessada com certo entusiasmo pela cooperada Luiza. Essa iniciativa é vista como uma solução proposta às mulheres em meio à dificuldade de se venderem bolos, cuja venda era precária e a produção incerta, já que nesse caso se dependia de doações que nem sempre eram possíveis:

Aí começava aquele negócio assim de vender bolo... A gente também volta e meia a gente vende bolo. Tipo assim, no começo era assim: Cada semana uma família era responsável de fazer a doação do bolo, salgado, alguma coisa, entendeu? Aí começamos a fazer... Mas aí a gente queria uma coisa, assim, que não fosse ficar contando com doações. Como tem semanas que a pessoa não tem condições de dar, né, aí... Porque a gente tava pensando assim numa coisa pra arrecadar um dinheiro, pra ajudar, coisa e tal... Então, vamos vender detergente! Produto de limpeza, que é uma coisa que todo mundo compra, né! É, agora tem assim, vai fazendo tipo uma escala. Fica uma família responsável a primeira vez, depois passa pra outra família, depois pra outra família... A gente compra as essências pra fazer detergente, pra fazer desinfetante, cloro, amaciante de roupa...

Mas foi por meio da produção de pequenos artesanatos, envolvendo também crianças e adolescentes, comercializados na própria Cooperativa e até mesmo em *feirinhas* que a identidade da Cooperativa foi especialmente promovida. Trata-se de bijuterias fáceis de serem produzidas até mesmo por crianças, principalmente meninas que, ao circularem pela Cooperativa, estariam ocupadas e além disso se socializando com uma atividade socioeconômica não apenas do “domínio feminino”, mas também simbólica pelo engajamento e pelo comprometimento coletivo que ela representa.

A *bijuteria*, como uma atividade manual, mas também artística, visto que o processo de produção artesanal não é isento do pensar sobre dimensões artísticas,³⁵ surgiu da experimentação crescente, do *interesse* e da *curiosidade* dessa cooperada. Mas seguindo o espírito solidário que caracteriza a Cooperativa, sobretudo a “mulher comunitária”, sua criatividade colocou-se a serviço da identidade coletiva ao poder se materializar em um símbolo da cooperação. Foi assim que, através da ideia de *expor alguma coisa* no dia da inauguração das primeiras 20 casas, já que a *Cooperativa*

³⁵ Ricardo Gomes LIMA, 2004.

tinha que ter alguma coisa para expor, para mostrar que fazia alguma coisa, que a cooperada Luiza doou o material que tinha em casa para ensinar as crianças a fazerem bijuterias.

Essa seria uma oportunidade não só para arrecadar renda, mas principalmente para *expor alguma coisa que as crianças tivessem criado, para mostrar que as crianças também se interessavam em fazer alguma coisa para a Cooperativa*. Naquele momento de comemoração e confraternização, isso foi tão importante que foi elaborado um cartazinho dizendo que *aquilo ali tinha sido feito pelas crianças*. Portanto, nesse empreendimento coletivo que é o trabalho em mutirão, as crianças de alguma forma também deveriam estar incluídas e esse significado de inclusão das crianças deveria ser evidenciado.

As crianças envolvidas no processo de aprendizagem – com destaque para os *maiorzinhos que já tinham noção de saber fazer* – eram de idades variadas e meninas em sua maioria porque são elas as que *mais se interessam*. Durante a exemplificação desse processo é interessante perceber que a categoria *criatividade* é utilizada para explicar o fazer individualizado e específico das crianças, justificando assim as possíveis diferenças de tamanho da peça, arranjo das miçangas quanto à combinação de suas cores, formas e quantidade, não em termos de menor ou maior simplicidade, de menor ou maior qualidade, mas em termos de *criatividade*, que, por sua vez, é relacionada com a experiência de vida acumulada pela pessoa, inclusive por uma criança.

Assim, a experiência não é apenas importante para a aprendizagem da técnica no que diz respeito às etapas de produção, mas também para a aquisição da habilidade em *ir criando*, capacidade entendida como resultado do processo do *gostar* e do *fazer* continuamente:

Eles faziam a parte mais fácil! [As crianças menores, de 4 ou 5 anos] Encaixar as pecinhas no náilon, no silicone... Essas coisas todas! E os acabamentinhos a gente fazia pra eles, botar os feixinhos que eles não conseguiam... A gente pegava fazia um e dava 'mastigadinho' pra eles fazerem. Aí era da criatividade deles! Eles faziam! Hoje em dia já tem meninas aqui que já fazem! Elas faziam essas coisinhas assim olha! [Mostrou pulseiras de miçangas bem pequenas justificadas por sua filha que disse que as crianças faziam de acordo com o seu tamanho]

O excedente da venda das bijuterias produzidas pelas crianças, de bolos, doces e roupas doadas chegou a ser revendido em uma feira pela cooperada Ivete. Como fui informada, por ser integrante da Comissão de Formação,

comissão responsável por eventos que tenham fora, essa cooperada sempre está informada de onde vai ter uma feira, onde vai ter uma exposição, onde vai ter uma coisa ou outra... Além de feiras eventuais, esses produtos são exibidos e vendidos nos dias de festa, como no Dia da Celebração, uma festa católica que acontece uma vez por mês na Cooperativa. Dessa forma, a inclusão dessas crianças deve-se dar em vários âmbitos internos e externos de mobilização majoritariamente feminina para a valorização do produzir coletivo em nome da identidade cooperativa, incluindo também a viabilização de renda para as famílias.

A tentativa de resgatar a ideia da cooperada Luiza de fomentar uma atividade que pudesse não apenas ocupar um pouquinho as crianças, mas também mostrar um pouquinho de responsabilidade e de criatividade a elas, entre outras ideias como a da cooperada Alice, também envolvida com projetos para a juventude, é sempre bem-vinda na Cooperativa.

No que se refere ao artesanato, a noção de ocupação e renda aqui proposta nos remete a algumas de suas funções exemplificadas por José Carlos Pereira.³⁶ Além de funcionar como “um sistema informal de capacitação de mão-de-obra, um complemento básico da economia”, ele pode também “representar uma forma de controle social” no sentido de que o *estar ocupado* se reveste de todo um significado preventivo contra a “ociosidade”, vista em geral pelas classes trabalhadoras como a fronteira entre o mundo do trabalho e a “vadiagem”, sendo esta amplamente negativada e, portanto, a ser prevenida.³⁷

Estar ocupado, no contexto que aqui se insere, possui o significado de assumir a identidade de cooperado perante si mesmo e perante os outros. Identidade essa que tacitamente evidencia o doar-se pelo bem comum e que nesse processo apenas obscurece a busca pelo reconhecimento pessoal e ressalta a abnegação e o desprendimento. Portanto, por ser esse um *trabalho* que exige tamanho envolvimento para além das necessidades e das explicações objetivas – ressalto que é sob esse sentido que as reivindicações ou lamentações mais tímidas surgem –, é justo que num futuro próximo, ou seja, quando a *Cooperativa crescer*, quando for possível *incrementar essas coisas* – esses trabalhos alternativos –, *todos os trabalhos manuais, todos os trabalhos de fora que a pessoa fizer pela Cooperativa, em nome da Cooperativa, uma porcentagem é da Cooperativa e uma outra porcentagem é da pessoa que prestou o serviço.*

Para a concretização de vários desses projetos, não há como se subestimar a contribuição decisiva das mulheres em seu potencial mobilizador em torno de seu “poder sutil”, como afirma Rocha-Coutinho.³⁸

³⁶ José Carlos PEREIRA, 1979.

³⁷ cf. Luiz Fernando Dias DUARTE, 1988; GUEDES, 1997; e Alba ZALUAR, 2000.

³⁸ ROCHA-COUTINHO, 1994.

Conclusão

O projeto de cooperativismo proposto pela Fundação Bento Rubião objetiva a família nuclear como unidade de intervenção, mas admite a captação de sua rede de sociabilidade porque se vislumbra o potencial de veiculação da causa cooperativa dada pelo princípio da reciprocidade que dá sustentação a essa rede. Nesse sentido, o princípio da reciprocidade, já tradicionalmente articulado pelas mulheres, pôde ser atualizado e até mesmo incentivado de maneira específica por instituições que se entrecruzam nessa proposta, seja por meio do ideal da cooperação democrática, que leva à conquista da cidadania, ou por meio do ideal da solidariedade cristã, que leva à comunhão com Deus.

Mas não se pode perder de vista que a rede de sociabilidade, de acordo com o princípio da reciprocidade, manifesta em primeiro lugar os valores, os interesses e os problemas específicos a esses cooperados, que compartilham de maneira geral com as classes trabalhadoras. Assim, a aquisição da casa, sendo também um valor fundamental para a privacidade e a garantia do futuro da família,³⁹ manifesta a centralidade do trabalho coletivo, não isento de conflitos quando a serviço desse projeto de cooperativismo.

³⁹ cf. WOORTMAN, 1982.

Na operacionalização desse trabalho coletivo, o saber prático é também atualizado no âmbito da divisão do trabalho na Cooperativa, mas incluindo uma inovação, ou seja, a participação feminina em tarefas tradicionalmente masculinas, ainda que mantendo o signo da *ajuda* em diversas situações, reproduzindo, desse modo, uma forma mais tradicional de incorporação do trabalho feminino remunerado. Mas, por outro lado, a experiência do cooperativismo, a partir do viés do mutirão familiar da mão de obra, ensejou a vivência de relações mais democráticas entre homens e mulheres, propôs uma pedagogia de trocas de experiências femininas e masculinas na gestão compartilhada de um empreendimento coletivo, incluindo tomadas de decisão em que avaliações do outro são manifestamente discutidas.

Nesse contexto outros valores são também atualizados de maneira particular. A experiência do cooperativismo propiciou também a atualização do potencial de mobilização coletiva das mulheres, que utilizaram o discurso e as oportunidades cooperativas para beneficiar o grupo, como tradicionalmente as mulheres das classes trabalhadoras o fazem, sem, no entanto, excluir a competição por reconhecimento e por privilégios inerente a esse processo. Assim, as conquistas femininas na Cooperativa, que não se limitam à aquisição da casa, são fonte de orgulho e satisfação pessoal.

Finalmente, as expectativas quanto às relações de cooperação e projetos futuros que possam atender à

necessidade de resolução de problemas comuns ao grupo de cooperados, como a falta de trabalho e as dificuldades financeiras, remetem à valorização da sociabilidade conquistada na Cooperativa. Sociabilidade essa que deve ser administrada principalmente pelas mulheres, que são capazes de acumular forças e distribuí-las sabiamente na arte de produzir conquistas, pessoais e coletivas.

Referências

- COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA IPIÍBA. *Estatuto Social*. Ipiíba, 9 dez. 2001a.
- _____. *Regimento Interno Mutirão*. Ipiíba, 1 abr. 2001b.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. "Família e reprodução humana". In: CHAUI, Marilena; CARDOSO, Ruth; CÉLIA, Maria. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. v. 3. p. 13-44.
- FERRER, Norma Valle. "Santo, santo, santo... manos de mujeres ahora tallan santos". In: BARTRA, Eli. *Creatividad invisible. Mujeres y arte popular em América Latina y el Caribe*. México: UNAM-PUEG, 2004.
- FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO. *A identidade do cooperativismo*. Rio de Janeiro, [s.d.].
- GUEDES, Simoni Lahud. *Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói: Eduff, 1997.
- HEILBORN, Maria Luiza. "Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.
- KERGOAT, Danièle. "Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceitualização". In: _____. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.
- LIMA, Michelle da Silva. *Família, redes de sociabilidade e casa própria: um estudo etnográfico em uma cooperativa habitacional em São Gonçalo, RJ*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, 2006.
- LIMA, Ricardo Gomes. *Engenho e arte: cultura popular e educação*. Rio de Janeiro: CNFCP, 2004.
- MACHADO, Lia Zanotta. "Feminismo, academia e interdisciplinaridade". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI,

- Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.
- NEVES, Delma Pessanha. "Precariedade social, tutela filantrópica e voluntariado filantrópico". In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas (Org.). *Voluntariado e universo rural*. Niterói: Vício de Leitura, 2002. p. 9-41.
- PEREIRA, José Carlos da Costa. *Artesanato: definições e evolução ação do MTb – PNDA*. Brasília: Ministério do Trabalho, Planejamento e Assuntos Gerais, 1979.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SARTI, Cynthia Andersen. "Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo". *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 70, p. 38-46, ago. 1989.
- _____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- SILVA, Lília Márcia de Almeida. *Periferia rural urbana: um estudo sobre Ipiúba, São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- SILVA, Patrícia Fernanda Gouveia. *Mulheres-comunitárias, personae-viajantes: classe, gênero, identidade e participação popular*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma alternativa dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Senac; ARRJ, 1999.
- WOORTMAN, Klass. "Casa e família operária". *Anuário Antropológico/80*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 119-150, 1982.
- _____. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

[Recebido em 22 de março de 2009
e aceito para publicação em 5 de abril de 2011]

Cooperative: A Female Experience in the Art of Producing Success

Abstract: *In this paper I seek to examine ways of women mobilization in a working class Housing Cooperative. The cooperative under study had financial and technical support from an NGO, which helped to organize it through family workforce for self-construction. The cooperative proposed as a new form of political and economic organization of society invests in the power of collective articulation accumulated in the history of the working classes. When updating important socio-cultural principles, like the spirit of solidarity and articulation of the sociability network, the women members began to participate in traditionally masculine tasks and to exercise a subtle and creative leadership, giving a specific sense of collectiveness to the group of families.*

Key Words: *Cooperative; Working Class; Gender Relations; Female Leadership.*